

## Pedagogia

# A EDUCAÇÃO DOMÉSTICA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX: NOTAS PROVISÓRIAS

Por Alexandre Mérida<sup>1</sup>

*Ideias Chave: Processos Educacionais, Educação doméstica e agentes de educação*

A educação no Brasil sempre foi um tema polêmico e de difícil consenso. Apesar de existir discurso de valorização da educação escolar como um meio de ascensão social e de superação das desigualdades sociais, o que se verifica no dia a dia das escolas é uma educação distante da realidade dos alunos. Uma educação dual, oferecida de forma diferente para os diferentes membros da sociedade.

Este artigo abordará alguns processos educacionais que ocorriam na segunda metade do século XIX em Campos dos Goytacazes, focando a educação doméstica<sup>2</sup> como uma das principais estratégias de diferenciação social das camadas abastadas.

O contexto histórico selecionado para essa pesquisa compreende a segunda metade do século XIX, na região<sup>3</sup> de Campos dos Goytacazes no norte fluminense. Trata-se de uma das principais regiões da província

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP) com a dissertação: *Quando a casa é a escola: A Educação doméstica em Campos dos Goytacazes na segunda metade do século XIX*. (2013) e Professor das Faculdades Integradas Simonsen e da Universidade Cândido Mendes.

<sup>2</sup>Entende-se por educação doméstica aquela que ocorre na casa do aprendiz por meio de preceptores, professores particulares, clérigos ou mesmo algum membro letrado da família.

<sup>3</sup>Uso a terminologia "região" no sentido dado por José D'Assunção Barros, em seu livro "A expansão da história", publicado em 2013, pela editora Vozes. Dessa forma, "a região, para a operação historiográfica, não é ponto de partida; frequentemente é o ponto de chegada" (op. cit., p. 175). Não se refere necessariamente ao espaço geográfico, mas, sim, a recortes administrativos, culturais e até mesmo didáticos, para auxiliar o trabalho de reconstrução de uma determinada coletividade por parte do historiador. Tal explicação torna-se necessária, pois ao longo da pesquisa me referirei a Campos dos Goytacazes como uma região formada por diferentes freguesias, cada qual com sua especificidade. Não há espaço para a verificação da educação doméstica em cada freguesia que compunha a região de Campos dos Goytacazes no século XIX, por esse motivo, e ciente das limitações, optei por uma análise mais abrangente. As principais freguesias que faziam parte da região de Campos dos Goytacazes no espaço delimitado por esta pesquisa, são São Salvador, São Sebastião, São José, Santa Rita da Lagoa de Cima, São Gonçalo, Santo Antonio de Guarulhos, Santo Antônio de Pádua, entre outras.

do Rio de Janeiro no século XIX, principalmente devido ao crescimento e fortalecimento de sua indústria canavieira, o que possibilitou a complexão das relações sociais, econômicas e culturais. Associado a esses fenômenos pode-se perceber o desenvolvimento da rede educacional na região, Campos dos Goytacazes possuía dezenas de escolas particulares e algumas públicas, além de um forte sistema de educação doméstica, tornando-se lócus privilegiado para o estudo proposto.

Segundo Vasconcelos, o Período Imperial caracteriza-se por ser o "de maior desenvolvimento das práticas educativas, que atendia as expectativas de uma sociedade que buscava na instrução a definição de sua própria identidade, afirmação de sua civilidade e de seus espaços de dominação."<sup>4</sup> Mattos assegura essa perspectiva, ao afirmar que a política de instrução pública mantinha grande proximidade com a centralização do Estado Imperial: "Assim a instrução cumpria – ou deveria cumprir – um papel fundamental, que permitia – ou deveria permitir – que o Império se colocasse ao lado das ‘Nações Civilizadas’"<sup>5</sup> Tratava-se de um processo de construção da "identidade" da

nação, alinhavando o grande mosaico que era a sociedade brasileira de então, dando um sentido para cada estrato da população, ao mesmo tempo em que concentrava o poder nas mãos de uma pequena parcela dessa mesma sociedade.

Até 1759, a educação ficou tutelada pela Igreja, no caso do Brasil, pela Companhia de Jesus, que durante 210 anos comandou grande parte dos processos ligados à educação brasileira<sup>6</sup>. A educação era destinada apenas a quem podia pagar por ela, não sendo uma realidade para a grande maioria da população que vivia na colônia. "Entre as camadas humildes, por outro lado, difundiu-se o aprender-fazendo: extramuros da escola, na luta pela sobrevivência, adquiriam-se os rudimentos necessários para garantir a subsistência [...]".<sup>7</sup> As atividades desenvolvidas nas unidades produtivas pouco demandavam da instrução formal, exigindo um saber prático aprendido no dia a dia através da observação e imitação. De acordo com Romanelli,

*O ensino que os padres jesuítas ministravam era completamente alheio à realidade da vida da Colônia. Desinteressado, destinado a dar cultura geral básica, sem a preocupação de qualificar para o*

<sup>4</sup>VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. *A casa e seus mestres – a educação no Brasil de Oitocentos*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005. p. 17.

<sup>5</sup>MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do estado imperial*. São Paulo: Editora Hucitec, 1987. p. 259

<sup>6</sup>Havia outras ordens religiosas que se encarregavam da educação, porém nenhuma com a abrangência da Companhia de Jesus.

<sup>7</sup>VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: MELLO E SOUZA, Laura de (org). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 331-385. p.333.

*trabalho, uniforme e neutro [...]. As atividades de produção não exigiam preparo, quer do ponto de vista de sua administração, quer do ponto de vista da mão-de-obra. O ensino, assim, foi conservado à margem, sem utilidade prática visível para uma economia fundada na agricultura rudimentar e no trabalho escravo. Podia, portanto, servir tão somente à ilustração de alguns espíritos ociosos que, sem serem diretamente destinados à administração da unidade de produção, embora sustentados por ela, podiam dar-se ao luxo de se cultivarem.*<sup>8</sup>

Dessa forma, a educação formal era privilégio de poucos, pois somente alguns dispunham de tempo e recursos financeiros para acessá-la, com exceção dos filhos primogênitos, que, via de regra, eram destinados à administração de suas heranças e dos negócios na colônia. Outro motivo igualmente importante, para a pouca instrução da população colonial, diz respeito à extensão territorial da colônia e à baixa demografia de várias regiões, onde as pessoas encontravam-se espalhadas pelo mundo rural. As cidades ainda não haviam se tornado centros importantes dentro da realidade colonial e grande parte do poder

emanava do interior, das grandes unidades produtivas e de seus dirigentes.

Somente a partir da segunda metade do século XVIII e durante todo o século XIX, com as mudanças sócio-políticas e econômicas, essa situação foi revertida, com a crescente valorização da educação entre as classes intermediárias<sup>9</sup>, como forma de alcançarem status social e acesso aos cargos de direção.<sup>10</sup> Somam-se a isso as ações implantadas na metrópole e, conseqüentemente, em suas colônias, de uma política centralizadora por parte da Coroa Portuguesa.

Após a expulsão da Companhia de Jesus pelo Marquês de Pombal, em 1759, foi introduzido o sistema de Aulas Régias, com professores pagos pelo erário do governo, mediante a cobrança de um imposto específico, o “subsídio literário”. Xavier relata que tais recursos eram insuficientes para atender à demanda por instrução, fazendo com que a Coroa chegasse a “delegar aos pais a responsabilidade pelo pagamento dos mestres, o que mostra como a educação, tornada pública pela lei, esteve, em grande parte, circunscrita ao âmbito da família”<sup>11</sup>.

<sup>8</sup>ROMANELI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982. p.34.

<sup>9</sup>A autora refere-se à construção de uma classe intermediária entre os detentores do poder colonial, os grandes fazendeiros proprietário de terras e os desprovidos de recursos, como os trabalhadores pobres da cidade e do campo. Essa classe intermediária teria sua gênese no enriquecimento de estratos inferiores, iniciando-se com o período das minerações e o posterior crescimento das cidades. Foi justamente nessa classe

intermediária que a educação formal apareceu no século XIX, como possibilidade de ascensão e distinção.

<sup>10</sup> Idem, p.37.

<sup>11</sup>XAVIER, Libânia Nacif. Oscilações do público e do privado na história da educação brasileira. In: Dossiê: O público e o privado na educação brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*. 1 número. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2003. p. 233-251. p. 236.

Sobre essa temática, Gondra e Schueler acrescentam:

*No Império Português, inclusive na sua colônia americana, os professores régios aportaram nas primeiras vilas, ainda em fins do século XVIII, encontrando aqui também a diversidade e a heterogeneidade das práticas educativas. No que se refere à instrução e ao ensino de letras, a inserção dos indivíduos na cultura escrita, em sociedades de tradição predominantemente oral, se fazia no contato direto com os grupos originais de convivência e a partir de iniciativas muito distintas, tais como a educação doméstica ou a contratação de mestres e preceptores, leigos e religiosos, pelas famílias, as ordens religiosas, as irmandades, os seminários, os recolhimentos e asilos, as associações filantrópicas, as corporações de ofício e as oficinas, entre outras.<sup>12</sup>*

Vê-se então, a insuficiência do sistema em atender a população que residia no Brasil, ficando a responsabilidade de educação restrita ao âmbito privado, principalmente no final do século XVIII e início do século XIX. Não havia professores régios em número suficiente para atender à demanda por educação, ao mesmo tempo em que havia um "desinteresse" da população como um todo pelos processos formais de educação. "Numa realidade que ensejava apenas a luta pela estrita sobrevivência, ignorante do mundo, bruta, não havia como

valorizar o saber escolar, a ciência".<sup>13</sup> Tornar-se importante, contudo, ressaltar que o desinteresse ou o interesse pela instrução formal variou conforme a posição que os indivíduos ocuparam dentro da estrutura social e dos vários momentos históricos vivenciados por eles. Se, "no conjunto da sociedade predominou o desprestígio da educação escolar, entretanto esteve longe de inexistir qualquer apreço à escola".<sup>14</sup>

Com a chegada da Família Real, em 1808, os processos ligados à educação tomam novo fôlego, com a criação da *Academia Real de Marinha* e dos *Cursos Médico-Cirúrgicos do Rio de Janeiro*, neste mesmo ano, da *Academia Real Militar*, em 1810, da *Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios*, em 1810, entre outras realizações. Mesmo assim, era um claro movimento que visava a satisfazer as necessidades da Corte transplantada para os trópicos e não as necessidades da população aqui residente.<sup>15</sup> Villalta chama a atenção para o impacto de tais ações:

*Tais iniciativas educacionais e científicas, no entanto, sendo marcadas por seu caráter pragmático, escasso e circunstancial, não levaram a um progresso científico expressivo e não alteraram, na prática, nem a tendência de desprestigiar a educação escolar, nem muito menos a dependência, em termos de ensino*

<sup>12</sup>GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008. pp.20-21.

<sup>13</sup> VILLALTA, op. cit. p.353.

<sup>14</sup> Idem, p.354.

<sup>15</sup> GONDRA & SCHUELER, op.cit. pp.24-25.

superior, da Universidade de Coimbra.<sup>16</sup>

Tem-se, dessa forma, uma educação segmentada, direcionada para um único estrato da população e não para todos que dela fazem parte. As iniciativas de D. João VI lograram efeito dentro de um único estamento e tinham como propósito a manutenção da burocracia governamental, fornecendo mão de obra apta para desempenhar as várias funções requeridas. Não havia preocupação com a educação de primeiras letras, tampouco com a educação secundária, que era vista de forma propedêutica ao ensino superior, não tendo especificidade em si mesma, característica essa que permaneceu durante todo o século XIX, mesmo após o Brasil ter-se tornado independente de Portugal. O próprio "Colégio Pedro II"<sup>17</sup>, criado para servir de exemplo aos demais de mesmo nível e o único mantido pelo governo central, sucumbiu às pressões, tornando-se um "curso

preparatório"<sup>18</sup>, como demonstrou Otaíza de Oliveira Romaneli.<sup>19</sup>

Após essa breve exposição sobre a educação desenvolvida no Brasil no período que antecede a sua emancipação, faz-se necessário analisar a educação existente no século XIX, lócus desta pesquisa. O Oitocentos é considerado lugar privilegiado para observar o nascimento e desenvolvimento da escola pública, assim como outras formas de educação que estavam sendo desenvolvidas nesse período, especificamente a educação doméstica, foco de interesse deste estudo.

A instrução pública ganhou importância no Oitocentos, não apenas como uma forma de dominação das classes abastadas sobre as classes populares, mas também como um discurso capaz de elevar o Brasil à mesma condição dos países europeus tomados como modelo de desenvolvimento e civilidade<sup>20</sup>. Além disso, havia um forte

<sup>16</sup> VILLALTA, op.cit.p.359.

<sup>17</sup>O Colégio Pedro II foi criado em 1837, no mesmo prédio que abrigava o Seminário de São Joaquim, na atual Avenida Marechal Floriano. Seu principal objetivo era ordenar as cadeiras avulsas dos estudos menores do município Neutro, reunindo-as em mesmo lugar e ordenando-as. Seu curso durava oito anos e estava dividido em várias aulas com diferentes disciplinas, tais como: gramática nacional, grego, geografia, latim, matemática, desenho, entre outras. Para maiores informações verificar: PENNA, Fernando de Araújo. O "currículo colegial" do Colégio Pedro II. In: CHAVES, Miriam Waidenfeld; LOPES, Sonia de Castro. *Instituições educacionais da cidade do Rio de Janeiro, um século de história (1850-1950)*. Rio de Janeiro: Faperj, 2009, p. 37-56.

<sup>18</sup>De acordo com Romaneli, os colégios secundários, inclusive o Pedro II, no decorrer do século XIX,

passaram a desenvolver uma função propedêutica, ou seja, deixaram de ter um sentido em si mesmos, fornecendo somente os conhecimentos necessários para os alunos conseguissem entrar no ensino superior. O caráter "preparatório" assumido pelo colégio Pedro II também foi evidenciado por Penna (2009), que ao analisar o currículo dessa instituição, verificou seu caráter humanístico, que visava ao ingresso de seus alunos nos cursos superiores. Para um aprofundamento dessa problemática, indica-se o texto: PENNA, Fernando de Araújo. O "currículo colegial" do colégio Pedro II. In CHAVES, Miriam Waidenfeld; LOPES, Sonia de Castro. *Instituições educacionais da cidade do Rio de Janeiro: um século de história (1850-1950)*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009, p. 37-55.

<sup>19</sup>ROMANELI, op.cit.p.40.

<sup>20</sup>Para maiores informações sobre a política centralizadora desenvolvida no segundo reinado e suas

interesse político de centralização do poder em torno de um núcleo comum capaz de lhe dar ordenamento e forma.

*[...] observa-se que, na segunda década dos Oitocentos, se intensificam as discussões, os projetos e as medidas legais direcionadas à ampliação da instrução pública, juntamente com os processos de construção do Estado independente e do amadurecimento da ideia de formação de um novo Império – o Império do Brasil.<sup>21</sup>*

O interesse do Estado Imperial pela educação pode ser verificado pelo número de leis e regulamentos que se destinavam a ordenar a educação pública, principalmente no município da Corte. No entanto, esse interesse, principalmente na segunda metade do século XIX, não deve ser visto apenas como um movimento unilateral, em que o Estado toma e conduz a população, ao contrário, em diferentes momentos houve participação de estratos da população em prol de uma educação que atendesse às suas necessidades. José Carlos Peixoto de Campos descreve uma série de abaixo-assinados e requerimentos elaborados por moradores de freguesias da Corte pouco

assistidos pelo Estado Imperial.<sup>22</sup> Nesses documentos, há referência à lei de 1827<sup>23</sup>, que determinava a criação de escolas de primeiras letras nas localidades com número suficiente de pessoas para serem assistidas. Cabe notar que grande parte desses abaixo-assinados e requerimentos foi feita por freguesias rurais, afastadas dos grandes centros.<sup>24</sup>

Em Campos dos Goytacazes parece ter ocorrido algo semelhante. Em *Relatório da Câmara Municipal*, publicado no dia 31 de janeiro de 1850, na primeira página, seção de Instrução Pública, encontra-se a seguinte observação:

*A criação da 2ª aula publica de instrucção primaria da freguezia de S. Salvador, e a abertura de mais algumas particulares na mesma freguezia, tem satisfeito as exigencias da população da cidade, porem algumas freguezias de fora como a de Santa Ritta, S. Gonçalo, S. Sebastiao, S. Fidelis, e Aldêa da Pedra, que se achao providas de escolas publicas, se resentem da falta de instrucção, em razao de que uma só aula, em freguezias tao extensas é improficua para todos os habitantes; pelo que reclamao os povos de taes escolas, sendo os professores colocados em 2 ou 3 pontos das freguezias; e a camara*

---

interloquções com os processos educacionais, verificar: MATTOS, Ilma Rohloff. *O tempo saquarema*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004, p. 264-300.

<sup>21</sup>MATTOS. op.cit. p.263.

<sup>22</sup>CAMPOS, José Carlos Peixoto de. *Políticas de Educação Pública na Cidade do Rio de Janeiro (1870-1930): relações entre o público e o privado na construção da rede de escolas públicas*. 2010. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

<sup>23</sup>A Lei de 15 de outubro de 1827 diz respeito às escolas de primeiras letras, que deveriam ser construídas em

idades, vilas e lugares populosos, tanto para meninos como para meninas. Nela encontramos determinações sobre o salário que deveria ser pago aos professores, o tipo de método preconizado pelas escolas, entre outras providências. Essa Lei amplia e esclarece o artigo 179, parágrafos 32 e 33, da Constituição de 1824. Para maiores informações sobre o assunto, sugere-se a leitura de FÁVERO, Osmar. *A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

<sup>24</sup>Idem, pp. 146-147.

*reconhecendo essa conveniencia lembra a V. Ex.<sup>a</sup>, que a quantia destinada para o pagamento dos professores de cada freguezia pode ser dividida em 2 ou 3 gratificações, applicadas a aquelles professores que estabelecerem suas escolas particulares nos pontos que a camara lhes indicar, como mais convenientes á instrucção publica, sendo obrigados os ditos professores a ensinar gratuitamente certo numero limitado de meninos pobres.<sup>25</sup>*

Esse fragmento alerta para algo que foi uma constante no período estudado, as escolas públicas foram estabelecidas em regiões próximas aos centros de poder, ficando as outras localidades desabastecidas ou precariamente assistidas pelos programas de instrução primária e secundária. São Salvador, principal freguesia de Campos dos Goytacazes e sede do governo municipal, sofreu de forma proeminente maior interferência direta da administração pública, com o oferecimento de instrução em quantidade superior às das demais freguesias. Também foi nessa região que se edificou o "Lycêo de Campos", um dos três existentes no Rio de Janeiro, que se destinava à instrução secundária. Outro ponto interessante diz respeito a uma não distinção, ou ao menos, uma falta de clareza entre o público e o privado. Como forma de sanar o

abastecimento de instrução primária nas outras freguesias, sugeriu-se o incentivo de subvencionar<sup>26</sup> escolas particulares ou consignar<sup>27</sup> professores particulares para essa função.

Gondra e Schueler descrevem três etapas pelas quais o processo de escolarização pode ser percebido durante o século XIX, são elas: a elaboração de legislações e políticas educacionais; a "construção de um aparato técnico e burocrático de inspeção e controle dos serviços de instrução", tanto para verificar as práticas existentes dentro das escolas, quanto para controlar o acesso e a permanência de professores; além da confecção de dados estatísticos que serviam "para conhecer e produzir representações sobre o próprio Estado e a sua população, elementos fundamentais para a governabilidade moderna".<sup>28</sup>

A promulgação de leis ligadas ao ordenamento da educação pública foi o mais notável até então; foram várias as leis, os regulamentos, os debates sobre a educação pública, em especial, na província do Rio de Janeiro. Dois anos após a independência, deu-se a confecção de nossa primeira Carta Magna, outorgada por D. Pedro I, após a

<sup>25</sup>Jornal MONITOR CAMPISTA, 31/01/1850, ano 14, p. 1.

<sup>26</sup>A subvenção era um auxílio dado pelo governo às escolas particulares, que em contrapartida deveriam oferecer um certo número de vagas para estudantes pobres.

<sup>27</sup>A consignação refere-se ao auxílio prestado pelo governo aos professores particulares, que se encarregariam de ensinar gratuitamente a alguns alunos pobres.

<sup>28</sup>GONDRA e SCHULER, op.cit.pp.32-33.

dissolução da Assembleia Constituinte. Em seu artigo 179, parágrafos 32 e 33, encontra-se:

XXXII – A Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos.

XXXIII – Collegios, e Universidades, onde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e artes.<sup>29</sup>

Percebe-se a demarcação de dois níveis de ensino, um destinado a todos os cidadãos e outro destinado às elites econômicas e políticas do Império. Uma educação bipartida que atenderia de forma diferenciada os estratos da sociedade<sup>30</sup>. A referência à gratuidade da educação e seu oferecimento a todos os cidadãos, contudo, não garantiu sua efetivação na prática. Faltavam professores, livros, locais para as aulas e uma definição mais específica sobre a estruturação da educação. Em 15 de outubro de 1827, foi criada a primeira lei geral sobre a instrução primária no Brasil, definindo, entre outras coisas, os salários a serem pagos ao professorado, o método que deveria ser utilizado nas escolas e outras providências. Em 06 de agosto de 1834, foi aprovada a Lei nº 16, que legislava sobre a competência da instrução pública. As

províncias ficariam incumbidas da instrução primária, promovendo-a e legislando sobre ela, através das assembleias provinciais. A educação superior ficaria a cargo do governo central, assim como o ensino primário e secundário no município da Corte.

Outras leis foram promulgadas ao longo do período com o intuito de regular a instrução pública durante o Oitocentos, como o regulamento de instrução primária e secundária do município da Corte, de 17 de fevereiro de 1854. Tais ações visavam a "certas noções, certas práticas e sentimentos que deveriam ser gerais assim para as primeiras classes como para as classes superiores da sociedade. É essa instrução comum, essa identidade de hábitos intelectuais e morais [...] que constituem a unidade e a nacionalidade."<sup>31</sup>

Diante do cenário exposto, em que se evidenciou, de forma breve, a trajetória de criação e consolidação de uma primeira tentativa de “sistema educacional público”, o tema da presente pesquisa volta-se para um outro sistema cuja coexistência esteve demarcada durante todo o século XIX, a educação doméstica.

<sup>29</sup>Constituição política do Império do Brazil (25 de março de 1824). Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao24.htm)>. Acesso em: 16/10/2014.

<sup>30</sup>GONDRA e SCHUELER lembram que a constituição de 1824, outorgada por D. Pedro I, apesar de não haver menção à palavra escravo ou escravidão, restringia o acesso dos escravos ao sistema formal de ensino, visto que este era acessado somente pelos cidadãos. "Nesse sentido, em primeiro lugar, os escravos, como não-

cidadãos, eram excluídos das práticas de instrução oficial" (2008, p. 208). Entretanto, é importante notar que os escravos e, de uma forma mais ampla, os negros criaram e recriaram estratégias para alcançar algum tipo de instrução, apesar de, em grande parte, sua educação ser alicerçada na aprendizagem direta de algum tipo de ofício (op. cit., p. 226-227).

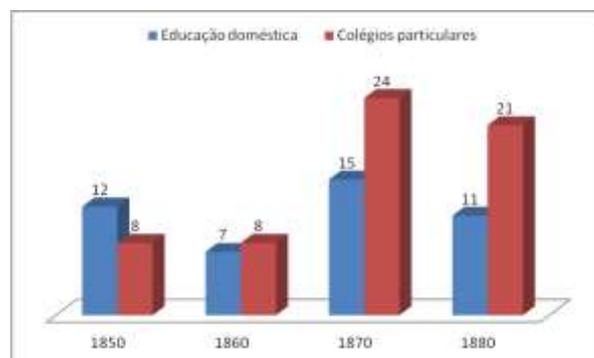
<sup>31</sup>MATTOS, 1990, p. 271 apud GONDRA e SCHUELER. op. cit. p.36.

Embora se trate de uma modalidade constatada em diferentes fontes contemporâneas ao momento estudado, fato é também, que seus registros, muitas vezes estiveram alijados dos documentos oficiais, uma vez que era um processo educacional que ocorria na casa, sob sua escolha, vigilância e controle, o que dificulta, sobremaneira, a investigação de suas práticas.

Ainda assim, “vasculhando” em diferentes acervos, foi possível a reconstrução de alguns aspectos que podem sugerir a educação doméstica em Campos dos Goytacazes, atrelada a suas elites e ao pensamento de fortalecimento do Império do Brasil, majoritário durante algumas das décadas estudadas.

Ao analisar a educação doméstica ao longo da segunda metade do século XIX, percebe-se que houve continuidade em sua oferta e procura, mesmo com o crescimento dos colégios particulares, principalmente nas décadas de 1870 e 1880, ela permaneceu verificável nos anúncios. Através da análise do Gráfico 1<sup>32</sup>, observa-se sua oferta em relação à da educação em colégios particulares.

**Gráfico 1** – Oferta de educação doméstica e de colégios particulares na segunda metade do século XIX.<sup>33</sup>



Nas duas primeiras décadas, 1850 e 1860, a educação doméstica equipara-se, em números totais, à educação oferecida em colégios particulares e, mesmo nas décadas de 1870 e 1880, quando a educação oferecida em colégios sofre grande impulso, ela permanece constante.

Em relação aos agentes da educação doméstica, verificou-se uma incidência maior de homens em relação ao número de mulheres que se prontificavam a exercer essa atividade, principalmente nas décadas iniciais da segunda metade do século XIX. Através da análise do Gráfico 2, percebe-se que o número de mulheres na década de 1850 é extremamente baixo, se comparado com o número de homens no mesmo período. Essa situação muda nas décadas de 1870 e 1880, com o aumento dos anúncios ligados à oferta de educação doméstica por parte das mulheres. Apesar de a amostra ser menor em

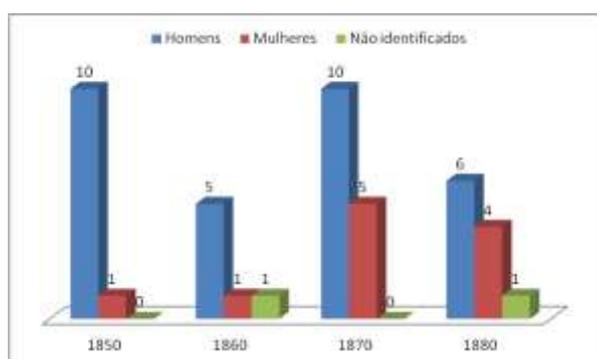
<sup>32</sup>Todos os gráficos expostos neste artigo foram elaborados com base na minha dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Católica de Petrópolis, sob

orientação de Maria Celi Chaves Vasconcelos, defendida em outubro de 2013.

<sup>33</sup>Gráfico elaborado com o material colhido ao longo das análises de nossa dissertação de mestrado.

1880, em relação aos períodos anteriores, é justamente nesse momento que foi encontrado certo equilíbrio entre a oferta de homens e mulheres para a função de mestres da casa.

**Gráfico 2 – Gênero dos agentes da educação doméstica na segunda metade do século XIX.**<sup>34</sup>



Ao longo do período, somente em dois anúncios não foi possível identificar o gênero do anunciante, pois havia somente menção vaga a esse respeito, prevalecendo palavras como "uma pessoa", sem outros indícios que auxiliassem na identificação do gênero do anunciante. Em outros, os indícios encontrados nos anúncios facilitaram a demarcação do gênero do anunciante, como no anúncio publicado em 14 de fevereiro de 1861, no qual "uma pessoa" oferecia-se para ensinar "primeiras letras", ou ainda, "tomar conta de qualquer fazenda, onde não esteja seu dono". O fato de o anunciante se oferecer para tomar conta de uma fazenda indica que se tratava de um homem, visto não ser essa uma atribuição da mulher na época.

Já em relação ao lugar social pretendido, conforme o Gráfico 3, verificou-se que variou ao longo do período sob análise, porém a categoria de mestre-escola foi a menos anunciada no jornal *Monitor Campista*, sendo sua maior incidência na década de 1850, com três referências exclusivas a essa categoria. Nas décadas posteriores, ela só aparece associada a outras categorias de educação, como a de professor particular. Tal fato pode significar que os mestres-escola já não respondiam ao anseio da população, ou ainda, esta categoria estaria limitada a apenas um segmento da população: caso fosse homem, ensinaria meninos; caso fosse mulher, ensinaria meninas. O mesmo não ocorreria com o professor particular que oferecia seus serviços por casas, pois estaria sob a vigilância da família do aluno.

A categoria de professor particular foi a que apresentou aumento contínuo, seja na oferta ou na demanda. Também foi a categoria que apresentou maior diversidade entre os agentes, sendo a presença feminina maior que nas outras categorias analisadas, como se verificou no capítulo três desta dissertação.

A preceptoria sofreu poucas variações, sendo sua oferta/demanda constante durante as quatro décadas

<sup>34</sup>Gráfico elaborado com o material colhido ao longo das análises de nossa dissertação de mestrado.

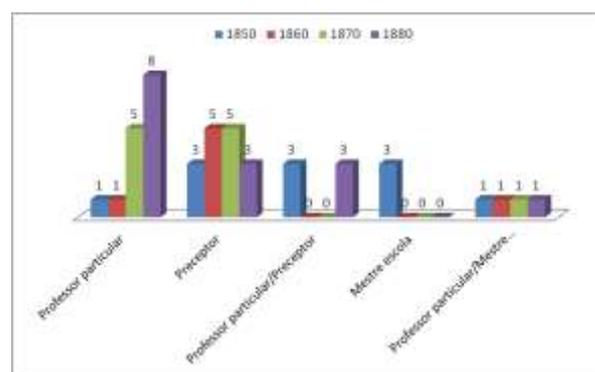
analisadas. Em relação ao gênero dos preceptores, pode-se afirmar que a presença de homens foi muito maior que a presença de mulheres, mesmo nas duas décadas finais, onde o interesse pela educação feminina cresceu em Campos dos Goytacazes, com a proliferação de colégios particulares e escolas públicas para meninas. Dos 14 anúncios que faziam referência exclusiva ou preferencial para o trabalho fora da cidade, em fazendas da região, 11 se referem a homens, dois apresentavam designação vaga, como "uma pessoa", e somente três dos anúncios relacionavam-se ao trabalho de mulheres. Vasconcelos (2005) encontrou situação diferente em sua análise sobre a educação doméstica no município da Corte, como sinaliza:

*Quanto ao gênero, a década de 70 marca, de acordo com a amostra analisada, o início da supremacia das mulheres nas funções relativas à educação doméstica e, conseqüentemente, o declínio do número de anúncios colocados por homens nessas funções, principalmente no que se refere a professores particulares, pois, na preceptoria, a hegemonia feminina já era observada desde a década anterior (p. 59).*

Dessa forma, percebe-se que a educação doméstica em Campos dos Goytacazes esteve associada em maior número ao trabalho de professores e preceptores, sendo as professoras e preceptoras em menor número, exceção à última década, quando há uma aproximação entre os gêneros dos anunciantes. O fato de

ser uma região agrária, com a maior parte da população vivendo nos campos, pode ter colaborado para a supremacia masculina. Além disso, o papel da mulher era associado ao lar, ao casamento, em sentido "lato", estava circunscrito ao domínio privado e não ao público. O trabalho como professora/preceptora parece ter sido uma concessão ou uma contingência de certas adversidades, como a morte de marido, como se verificou ao longo da análise.

Em relação à posição social pretendida pelos mestres da casa, observou-se bastante variação entre as quatro décadas estudadas, sendo a função de preceptor constante. No entanto, pode-se verificar, pelo Gráfico 3, que a posição de professor foi a mais anunciada, em especial na década de 1880, seguida dos anúncios que faziam referência à preceptoria.



**Gráfico 3** – Lugar social pretendido pelos agentes da educação doméstica na segunda metade do século XIX.

Já a figura do mestre-escola vai perdendo espaço no *Monitor Campista*,

sendo sua presença nos anúncios quase nula e, quando aparece, está associada à figura do professor, ou seja, o anunciante se oferece para lecionar em sua própria casa ou em casas particulares. A abertura de colégios particulares parece estar associada a esse fenômeno, uma vez que os mestres-escolas optavam por abrir colégios para receber alunos. Normalmente, esses colégios eram abertos na própria residência do professor ou em algum prédio próximo ao centro urbano, como demonstra o anúncio (Figura 1):



**Fonte:** Acervo pessoal do autor<sup>35</sup>.

Os colégios abertos nas décadas pesquisadas não podem ser comparados ao que conhecemos hoje como colégio, normalmente eram locais adaptados para o funcionamento dessas unidades de ensino. Como o anúncio deixa claro, o sobrado era

amplo, numa das principais ruas da cidade, sua função primeira seria a moradia de uma família, porém era "muito própria até para collegio de meninos".

Sobre esse assunto, Vasconcelos afirma que,

*O crescimento do número de colégios particulares e a emergência da escola pública estatal foram, sem dúvida, fatores que influenciaram a mudança não só de designação, como a postura dos agentes da educação doméstica. Além disso, a perspectiva de trabalhar em colégios particulares ou em estabelecimentos oficiais, foi, pouco a pouco, seduzindo esses sujeitos, seja pela titulação recebida, seja pelo lugar social ocupado, ou, o que é mais provável, pelas condições de trabalho relativas à segurança e estabilidade.*<sup>36</sup>

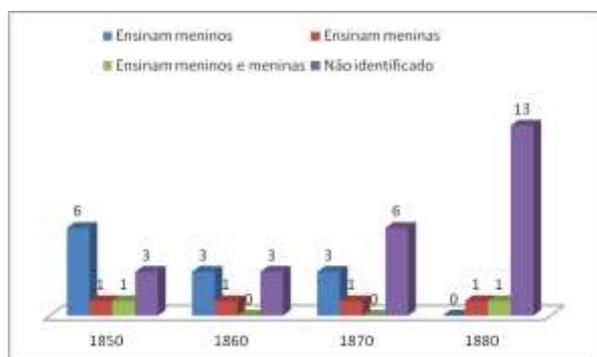
Em Campos dos Goytacazes, o crescimento do número de colégios particulares parece estar associado ao interesse simbólico que as famílias de elite passaram a ter na educação. Nessa época, grande parte das grandes fortunas já haviam sido formadas e consolidadas, necessitava-se, dessa forma, de outros marcadores que fizessem a “diferenciação dos iguais”. A educação parece ter sido um instrumento de diferenciação da elite agrária na segunda metade do século XIX, em Campos dos Goytacazes.

<sup>35</sup>Fotografia realizada a partir do exemplar do *Monitor Campista* de 6 de dezembro de 1860, do acervo do

Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Oliveira, em Campos dos Goytacazes.

<sup>36</sup>VASCONCELOS, op.cit. p. 61.

Como verificado ao longo da pesquisa, parte significativa dos anúncios referiam-se ao ensino de meninos, no entanto, na década de 1870 e 1880, os anúncios passam a não identificar o gênero dos estudantes, havendo a presença de expressões que tanto poderiam significar o ensino de meninos, quanto o ensino de meninas. Através do Gráfico 4, é possível perceber essa variação. Nele nota-se que, na década de 1880, não há nenhuma referência direta ao ensino de meninos, a grande parte dos anúncios não identifica o gênero ao qual se destinava à educação. Tal situação contrasta com a década de 1850, quando a educação de meninos apareceu como a de maior monta – apenas três anúncios não são identificáveis.



**Gráfico 4** – Distribuição do ensino de meninos e meninas na educação doméstica na segunda metade do século XIX.<sup>37</sup>

Assim, pode-se afirmar, a partir das fontes estudadas, ao logo dessa pesquisa que, apesar do crescimento de outras formas de

educação em Campos dos Goytacazes, na segunda metade do século XIX, como a oferta de educação em colégios particulares e públicos, a educação doméstica continuou a ser uma modalidade muito importante, correspondendo a grande parte dos anúncios publicados no *Monitor Campista* do período.

## Referências

- ALDABALDE, Taiguara Villela. *A presença do arquivo nos relatórios dos presidentes da província (1835-1889)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ALENCASTRO, L. F. (org). *História da vida privada no Brasil Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia da Letras, 1997.
- BASTOS, Maria Helena Camara. Espelho de papel: a imprensa e a história da educação. In: ARAÚJO, José Carlos, GATTI JR, Décio (orgs.). *Novos temas em história da educação*. Instituições escolares e educação na imprensa. Uberlândia: EDUFU; Campinas: Autores Associados, 2002, p. 151 – 170.
- BINZER, Ina Von. *Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1980.
- CAMPOS, José Carlos Peixoto de. *Políticas de Educação Pública na Cidade do Rio de Janeiro (1870-1930): relações entre o público e o privado na construção da rede de escolas públicas*. 2010. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

<sup>37</sup>Gráfico elaborado com o material colhido ao longo das análises de nossa dissertação de mestrado.

- CAMPOS, O. A. *A imprensa na Velha Província*. Anuário Internacional de Comunicação Lusófona, 2004.
- CARVALHO, Ailton Mota de; TOTTI, Maria Eugenia Ferreira (orgs.). *Formação histórica e econômica do norte fluminense*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem e o teatro das sombras*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.
- CASTRO, M. Vianna de. *A aristocracia rural fluminense*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1961.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. *História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo e sua configuração atual*. Disponível em: [www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2010/02/artigo-Luciano-Mendes.doc](http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2010/02/artigo-Luciano-Mendes.doc). Acesso em: 25/5/2012.
- FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *Terra e trabalho em Campos dos Goitacazes (1850-1920)*. 1986. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Rio de Janeiro: Neteroi.
- . *A colônia em movimento – fortunas e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FEYDIT, Julio. *Subsídios para a história dos Campos dos Goitacazes*. São João da Barra, RJ: Gráfica Luartson, 2004.
- GONDRÁ, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.
- GUGLIELMO, Mariana Gonçalves. *As múltiplas facetas do vassalo “mais rico e poderoso do Brasil”: Joaquim Vicente dos Reis e sua atuação em Campos dos Goitacases (1781-1813)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.
- GUIMARÃES, Theophilo. *Subsídios para a história do jornalismo em Campos*. Rio de Janeiro: 1927.
- HAHNER, June E. *Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX*. Estudos Feministas, Florianópolis, 19(2): 336, maio-agosto/2011. p. 467 – 474.
- HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Brasil Império*. São Paulo: Edusp, 2008.
- LAMEGO, Alberto. *A terra Goytacá à luz de documentos inéditos*. Niterói, Tomo I. Paris: L'Édition D'Art, 1913.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do estado imperial*. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.
- . *A terra Goytacá à luz de documentos inéditos*. Niterói, Tomo IV. Niteroi, RJ: Diário Oficial, 1941.
- . *A terra Goytacá à luz de documentos inéditos*. Niterói, Tomo V. Niterói, RJ: Diário Oficial, 1943.
- . *A terra Goytacá à luz de documentos inéditos*. Niteroi, Tomo VI. Niteroi, RJ: Diário Oficial, 1943.
- . *O homem e o brejo*. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do IBGE, 1945.
- LARA, Sílvia. *Campos da Violência*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do estado imperial*. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereiras das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- RODRIGUES, Hervé Salgado. *Campos – na taba dos goitacazes*. Niterói, RJ: Imprensa Oficial, 1988.
- ROMANELI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.
- RIBEYROLLES, Charles. *Brasil pitoresco*. Rio de Janeiro: Editora Vila Rica, 1980.
- SCHUMAHAR, Schuma (Org.). *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade – biográfico e ilustrado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- SCHWARCZ, L.M. *Retrato em branco e negro. Os jornais, escravos e cidadãos no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- . *O império em procissão: ritos e símbolos do Segundo*

- Reinado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- SOUSA, Horacio de. *Cyclo Aureo – História do 1<sup>o</sup> Centenario da Cidade de Campos – 1835 a 1935*. Campos, RJ: Damadá Artes Gráficas e Editora Ltda, 1935.
- VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. *A casa e seus mestres – a educação no Brasil de Oitocentos*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.
- VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio de. *Cinco estudos em historiografia da educação*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007.
- VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: MELLO E SOUZA, Laura de (org). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 331-385.
- XAVIER, Libânia Nacif. Oscilações do público e do privado na história da educação brasileira. In: Dossiê: O público e o privado na educação brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*. 1 número. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2003. p. 233-251.
- Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, 1872.
- BRASIL. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, 1874*. Rio de Janeiro, 1851. Relatório.
- \_\_\_\_\_. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, 1874*. Rio de Janeiro, 1852. Relatório.
- JORNAL MONITOR CAMPISTA, 3 de outubro de 1850.
- \_\_\_\_\_, 16 de abril de 1850.
- \_\_\_\_\_, 18 de abril de 1850.
- \_\_\_\_\_, 19 de setembro de 1850.
- \_\_\_\_\_, 23 de abril de 1850.
- \_\_\_\_\_, 30 de abril de 1850.
- \_\_\_\_\_, 25 de janeiro de 1862.
- \_\_\_\_\_, 24 de outubro de 1862.
- \_\_\_\_\_, 27 de dezembro de 1862.
- \_\_\_\_\_, 24 de janeiro de 1863.
- \_\_\_\_\_, 28 de fevereiro de 1878.
- \_\_\_\_\_, 9 de janeiro de 1879.
- \_\_\_\_\_, 24 de janeiro de 1879.
- \_\_\_\_\_, 19 de fevereiro de 1879.
- \_\_\_\_\_, 29 de março de 1879.
- \_\_\_\_\_, 2 e 3 de janeiro de 1879.
- \_\_\_\_\_, 3 de abril de 1879.
- \_\_\_\_\_, 09 de fevereiro de 1884.
- \_\_\_\_\_, 07 de março de 1884.
- \_\_\_\_\_, 20 de março de 1884.
- \_\_\_\_\_, 29 de março de 1884.
- \_\_\_\_\_, 02 e 03 de janeiro de 1885
- \_\_\_\_\_, 09 de janeiro de 1885.

### Fontes Primárias:

- ALMANAK mercantil, industrial e administrativo da cidade e do município de Campos (Rio de Janeiro).
- ALMANAK mercantil, industrial, administrativo e agrícola da cidade e município de Campos. Campos, RJ: Tipografia do Monitor Campista, 1885.
- ALMANAK LAEMMERT. *Almanak administrativo, mercantil e industrial*.

**Como citar:** MÉRIDA, Alexandre. *A educação doméstica em Campos dos Goytacazes na segunda metade do século XIX: notas provisórias*. In: *Revista Digital Simonsen*. Rio de Janeiro, n.1, Dez. 2014. Disponível em: <[www.simonsen.br/revistasimonsen](http://www.simonsen.br/revistasimonsen)>